

AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO CONTÍNUA PARA A PRÁTICA DOCENTE

Autora: Francyelly Galdino da Silva

Orientador: Prof. Me. Fábio Bernardo da Silva

JUÍNA / 2017

AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO CONTÍNUA PARA A PRÁTICA DOCENTE

Autora: Francyyelly Galdino da Silva

Orientadora: Professor Me. Fábio Bernardo da Silva

“Trabalho apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia, do ISE- Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena como exigência parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia”.

JUÍNA/2017

AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marileide Antunes de Oliveira

Profº Me. Albérico Cony Calvacante

Orientador Professor Me. Fábio Bernardo da Silva

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas horas que tudo dizia que não, mas Ele sempre me encorajou a prosseguir, e assim coloquei esse projeto nas mãos dele e tenho a certeza que minha história foi e será escrita por Ele, assim benções são garantidas.

Agradeço também a três pessoas que são essenciais na minha vida, minha mãe, meu pai e minha irmã, e que um dia eu possa retribuir pelo menos a metade de tudo que fizeram e fazem por mim, e é por tudo que já passamos juntos, e por tudo que me ajudaram que eu agradeço. E foram vocês e por vocês que me tornei uma pessoa melhor e mais forte para enfrentar os obstáculos da vida.

Agradeço aos meus padrinhos Aldo e Regina que nunca mediram esforços para me ver bem, as suas palavras sempre me confortam e suas presenças são essenciais em minha vida. Uma das pedagogas que levo como exemplo é você madrinha sempre dedicada demonstrando seu amor e carinho pela profissão, esses sentimento é ofertado a todos que participam da sua vida.

Agradeço ainda a uma pessoa que entrou na minha vida de forma providencial, é poder contar com você me fez ver que a alegria está até nos momentos difíceis pois é neles que percebemos quem realmente está do nosso lado, em qualquer hora, situação ou forma, Dilso Viana, meu esposo.

Agradeço a minha orientador Professora Mestre Fabio Bernardo da Silva, pessoa admirável, que com sua competência conseguiu direcionar meus passos de uma maneira singular.

Agradeço aos professores da banca que dividiram comigo este momento tão importante e esperado e a Instituição Ajes.

Muito Obrigado.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho para às pessoas que ao longo dessa caminhada me deram força para seguir, sem vocês não estaria aqui concluído um sonho e dando início a uma nova etapa da minha vida.

RESUMO

Este estudo tem como tema a necessidade de formação contínua para docentes, com abordagem nas esferas nacional e estadual, tratando da docência de modo geral, embora em alguns momentos contenha reflexões que dê enfoque na prática docente do profissional pedagogo. Este viés se constrói no decorrer de algumas análises pelo fato de ser a área de formação da pesquisadora proponente. O objetivo principal é discutir a necessidade da formação contínua para a prática docente, uma vez que as mudanças nos diversos segmentos sociais exigem do profissional uma postura dinâmica e ao mesmo tempo eficaz diante das mudanças intermitentes ocorridas nos diversos segmentos sociais, principalmente na Educação. A importância deste trabalho se evidencia pelo fato da formação profissional não terminar na Universidade, uma vez que o exercício de uma profissão exige mudanças, adaptações, atualizações e aperfeiçoamento, e quando a profissão em cheque é a docência, uma sólida formação científica, técnica, política, crítica e consciente se torna essencial para uma interferência positiva no campo de atuação. Deste modo, a formação contínua vai ao encontro das demandas que emanam do meio social, pois possibilita que teoria e prática se dialoguem, possibilitando a articulação dos saberes. Quanto ao processo metodológico, o presente estudo é de cunho qualitativo, caráter bibliográfico e se apresenta como um ensaio teórico. Após a seleção, leitura do material e articulação das ideias espera-se apresentar uma análise que coloque em evidência os pontos positivos da formação contínua, principalmente no estado de Mato Grosso, bem como os principais problemas inerentes ao tema.

Palavras-chave: Educação Básica. Formação Contínua. Docência.

ABSTRACT

This search has as theme the need of continuous formation for teachers, approaching the national and state spheres and approaches the teaching in general form, though in some moments shows some reflections that seek to give focus on the teacher of pedagogy. This vision builds in some analyses because it is the area of formation of the author of this search. The main objective is discuss the need of continuous formation for the teaching, once the changes on several social segments require of the teacher a performance dynamic and at the same times effective in front of fast changes occurred in the various social segments, especially in the Education. The importance of this work shows by the fact of professional formation doesn't finish at the University, once the any professional requires changes, adaptations, upgrades and training, and when the professional is the teacher, a solid scientific, technical, political, critical and conscious formation becomes essential for a positive interference in the field of activity. That way a continuous formation goes to meets of social demands, because enable that theory and practice can dialogue, enabling the dialogue between the knowledge. In relation the methodological procedure, this search is qualitative, bibliographical and shows as a theoretical essay. After the selection, the reading of the material and the articulation of the ideas waits to show an analysis that evidence positive and negative points of continuous formation, mainly in the state of Mato Grosso and the main questions related to the theme.

Keywords: Basic Education, Continuing Education, Professor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE	11
1.2 A FORMAÇÃO DOCENTE E O ESTADO	15
1.3 A FORMAÇÃO DOCENTE E A SOCIEDADE	18
2 FORMAÇÃO CONTÍNUA	21
2.1 OS DESAFIOS QUE EMERGEM DA PROFISSÃO DOCENTE	21
2.2 A FORMAÇÃO INICIAL E A FORMAÇÃO CONTÍNUA	23
2.3 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTÍNUA PARA ADEQUAR O ENSINO ÀS DEMANDAS QUE EMERGEM DA SOCIEDADE	28
3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTÍNUA	32
3.1 A FORMAÇÃO CONTÍNUA NO BRASIL	32
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTÍNUA NO ESTADO DE MATO GROSSO.....	35
4 METODOLOGIA	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERENCIAS.....	41

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a necessidade da formação contínua para uma prática docente de qualidade. A formação contínua tem sido amplamente difundida no Brasil desde a década de 1990 e por muitas vezes é denominada formação continuada. Esse tema vem com o intuito de discutir o desenvolvimento da qualidade de ensino na formação voltada para a construção da cidadania, para uma educação sedimentada no aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser para as novas necessidades do conhecimento, que exige necessariamente, repensar a formação inicial de professores.

Sabe-se que o exercício de uma profissão exige mudanças, adaptações, atualizações e aperfeiçoamento, valendo-se lembrar que uma sólida formação científica, técnica e política, viabilizadora de uma prática pedagógica crítica e consciente se torna essencial para um fazer pedagógico de qualidade (Brzezinski, 1992: 83). Dito de outro modo, sabe-se que o profissional consciente é aquele que entende que sua formação não termina na Universidade, afinal, esta apenas aponta caminhos, fornece conceitos e ideias, a matéria-prima de sua especialidade.

O desenvolvimento do tema favoreceu uma análise referente a formação dos professores da educação básica, perpassando pela graduação até a formação contínua, evidenciando assim uma série de particularidades inerentes ao contexto da prática de formação dos docentes. Estas estão relacionadas com diversos fatores, tais como as questões salariais, a organização do sistema educacional, a ação docente e a aprendizagem dos alunos.

Sendo assim, o objetivo geral deste estudo é tecer reflexões sobre a necessidade da formação contínua para a prática docente, uma vez que o processo de globalização exige do profissional uma postura dinâmica e ao mesmo tempo eficaz diante das mudanças ocorridas nos diversos segmentos sociais, principalmente na Educação. Como objetivos específicos esta pesquisa buscará evidenciar ainda a importância da formação continua para o professor do ensino básico, discorrer sobre problemas ocasionados pela falta de formação contínua para professores e pontuar políticas públicas de formação continuada em Mato Grosso.

De fato a qualidade da educação em seus diferentes níveis se faz com políticas públicas transformadoras, no entanto, para que isso aconteça é necessário

ainda que o profissional que atua neste segmento esteja preparado para desempenhar a sua função de forma também transformadora. Neste sentido, este trabalho justifica-se pela importância de garantir a formação contínua que vá ao encontro das demandas que emanam do meio social, ou seja, a teoria e a prática precisam se dialogar, de modo que aconteça a articulação dos saberes.

Sendo assim, o profissional da educação, principalmente o professor, dificilmente terá êxito no desempenho de suas atividades se as desenvolver de maneira individualista, solitária. É no encontro que se vivencia oportunidade para o diálogo, a troca de experiências, a descoberta de novos referenciais teóricos, a reinterpretção dos já conhecidos, a articulação de diferentes instrumentos científicos e tecnológicos produzidos na atualidade, etc. É a partir do envolvimento que os agentes educativos tem a oportunidade de potencializar o ensino-aprendizagem, tornando-o eficaz, conseguindo bons resultados.

Quanto ao método, este trabalho é de cunho qualitativo e busca realizar uma análise não pela quantidade de informações obtidas, mas pela natureza do assunto estudado, uma vez que a pesquisa qualitativa propõe o auxílio de compreensão e análise de objetos (FIGUEIREDO, 2010). Esta pesquisa é também de caráter bibliográfica, tomando como base a consulta em livros e artigos acadêmicos, com o intuito de propor análises para o objeto eleito (CERVO, 2002; LIMA, 2008). Lembrando ainda que a pesquisa proposta far-se-á de acordo com as orientações do ensaio teórico que não objetiva dar respostas definitivas para uma determinada problematização, preferindo instigar os leitores a tirarem suas próprias conclusões e principalmente, a pensar sobre o tema.

O capítulo primeiro tratará da formação docente, lembrando que o texto em alguns momentos dará ênfase na formação do professor pedagogo, por se tratar da área de formação à qual esta pesquisa está ligada. O capítulo segundo tratará de aspectos inerentes a formação contínua, tecendo reflexões sobre a necessidade de tal formação e principais problemas atrelados a ela. Por fim, no capítulo terceiro fará uma breve abordagem dos precursores históricos da formação contínua no Brasil e também tratará da principal política pública de formação contínua que instituiu os Centros de Formação de Professores (CEFAPROs) como o principal mecanismo de formação contínua.

Ao concluir esta pesquisa espera-se obter maior compreensão da importância da formação contínua para o profissional da educação que muitas vezes a busca com intenção de sanar dificuldades encontradas no cotidiano. Neste sentido espera-se também refletir sobre o papel do Estado diante da oferta da formação contínua no Brasil e principalmente no Mato Grosso.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE

1.1 A DOCÊNCIA

O curso de Licenciatura em Pedagogia está estruturado de modo a favorecer uma investigação de estudos pedagógicos, o qual tem por base referências teóricas que auxilia os discentes quanto ao contexto da prática profissional, ou seja, os profissionais de pedagogia, assim como docentes atuantes de outras áreas devem estar aptos para interferir nas diferentes situações do cotidiano escolar.

Sendo assim, a formação docente tem como finalidade o aperfeiçoamento dos trabalhos e projetos da escola e outras áreas afins e ainda colaborar com a reflexão e o incentivo à pesquisa sobre educação e seu processo de ensino. Conforme Libanêo e Pimenta (2011, p. 258):

O currículo terá uma forte orientação para a pesquisa, seja como prática acadêmica, seja como atitude. Ressaltem-se, aí, os vínculos entre o ensino e a pesquisa, a pesquisa como forma básica de construção do saber, em confronto, em questionamento, com os saberes já estabelecidos e como instrumento para desenvolvimento das competências do pensar.

Por meio da visão de Libanêo e Pimenta (2011), pode-se observar a importância da prática de pesquisa como busca do conhecimento. Nota-se que a sociedade exige que os professores das mais diversas áreas estejam sempre em transformação e neste sentido observa-se que essa procura de novas possibilidades, novos estudos, entre outros, propicia aos professores uma visão mais ampla e a reconstrução de conhecimentos, contribuindo para a interpretação crítica das informações, e ainda para uma boa compreensão do mundo a sua volta.

Ao levar estas características para todas as formações, essas novas técnicas e metodologias, como no caso da prática da pesquisa, auxiliarão a prática docente, assim como novas patologias, novas dificuldades, novos comportamentos que o professor vai enfrentar em sala de aula, cabe a ele se preparar para todo tipo de ocasião: tanto física, psicológica, moral e legal.

Sendo assim, compete ao docente levar esta busca por toda sua formação e após ela, pois é este que vai plantar a curiosidade em seus alunos, ou seja, é ele

quem vai instigar e proporcionar ferramentas para que o aluno abra um leque de possibilidades em sua vida, fazendo com que este aluno adquira o espírito investigativo que é característica fundamental em um bom profissional, independente da área de atuação.

A visão que o aluno cria na educação infantil e primeira fase do Ensino Fundamental, provavelmente será a visão que levará para toda sua escolarização e vida. A base firme da educação vem do princípio.

[...] Essa necessidade da existência de quem ensina e de quem aprende é fator importantíssimo no processo educacional, pois é através dessa consciência que ambos, educador e aluno, constroem vínculos indispensáveis para a aprendizagem. [...] É inegável que o processo ensino-aprendizagem é um processo construído entre ensinante-aprendente-meio, a fim de que todos os componentes possam desfrutar do processo cognitivo, que é o processo de aprendizagem. (SOARES, 2006, p.1)

Como evidenciado na fala do autor, o processo de ensino-aprendizagem é construído de forma pessoal, espontâneo, intuitivo, experimental, cotidiano e não sistematizada, lembrando que isso deve acontecer não somente no ensino básico e sim em qualquer nível educacional. Professor e aluno têm a oportunidade de se construir e reconstruir no espaço escolar, podendo tirar dali as bases sólidas para a vida pessoal ou profissional.

Nesse sentido, observa-se a importância de uma boa formação docente, pois práticas isoladas ou unilaterais frequentemente têm sido criticada e renegada pela sociedade, afinal um problema por maior que seja, provavelmente terá mais de uma forma de resolução. Por isso é de suma importância que professor instigue o conhecimento, a fim de que seus alunos possam visualizar e analisar todas as faces do problema antes de tomarem um posicionamento.

Cada aluno é capaz de desenvolver seu conhecimento e encontrar respostas, sendo que na maioria das vezes vai existir mais de um caminho para a conclusão. Isto não indica que o professor perdeu seu papel, e sim, que ele tem que repensar suas metodologias e mostrar os caminhos mais eficazes e deixar que os próprios alunos criem suas hipóteses. Dito de outro modo, o docente deve oferecer “[...] um conhecimento que colabora para a compreensão do mundo e suas transformações, para reconhecer o homem como parte do universo e como

indivíduo, é a meta que se propõe para o ensino da área na escola fundamental” (BRASIL, 1997, p. 23).

O contato com o aluno faz com que o docente tenha uma influência na vida do mesmo, pois assim ele tem a oportunidade de observar de perto desenvolver das atividades e assim pode modificar a realidade do aluno, trabalhando em sala ou fora dela, integrando outras classes ou não, sem expor o aluno ao ridículo, porque na maioria das vezes esse problema é partilhado por outros alunos ao facilitar no acesso ao conhecimento.

As metodologias e ferramentas de ensino para que o aluno construa seu conhecimento e o ajude na sua formação, a qual possibilita que ele seja capaz de satisfazer suas necessidades, promovendo assim a construção do seu próprio conhecimento.

Para Becker (2001), esta aproximação entre professor e aluno se faz ao explorar as tendências naturais, bem como conhecer a bagagem cultural do aluno e sua realidade. Esta é uma maneira do professor não apenas estimular um trabalho cooperativo para se ter um bom material ou situações interessantes, mas para que ele mesmo se torne um pesquisador.

Presenciamos a busca do rigor intelectual quando o professor convida um aluno a refazer seu texto, dando-lhe maior força expressiva, fazendo crescer o número de distinções, perseguindo a precisão até nos detalhes, desmembrando frases, criando novos parágrafos, fazendo crescer em quantidade e qualidade as informações, etc., quando o professor desafia seu aluno a refazer uma operação matemática em contextos diferentes ou a reconfigurar a própria operação; quando o professor de química, física, ou biologia, insiste, mediante experiências que não “deram certo”, que se descubra a causa do erro. O rigor intelectual exige trabalho quase artesanal que só será enfadonho se for repetitivo e imposto; é o momento da criatividade, é a hora do esforço que faz tanta diferença. (BECKER, 2001, p. 98)

No entanto, para se fazer competente o professor precisa dominar a área em que esteja atuando, seja em relação ao conhecimento ou metodologias, técnicas e outras. O docente necessita de domínio do que faz, assim, sua segurança é transmitida naturalmente aos seus alunos, ou seja, colocar-se em posição de igualdade, para que seus alunos possam perceber uma relação horizontal e transparente.

O diálogo é essencial para que o ensino seja eficaz, sem barreiras presenciais ou subjetivas. Quando o professor se põe em um patamar mais elevado e superior, o aluno não tem a possibilidade de participar por não sentir-se confortável para expor sua opinião ou discutir sobre o assunto, isto pode acontecer mesmo na educação infantil e todas as outras etapas da escolarização.

É de suma importância que o professor esteja em constante desenvolvimento profissional adquirindo novos conhecimentos e realizando o seu trabalho com mais e melhores resultados. A formação inicial docente é muito importante, porém, a mesma fica ultrapassada com o tempo, pelo fato da pluralidade de meios de conhecimento. O professor precisa inovar e adaptar, e isso pode ser realizado com uma didática atrativa, que contextualiza o meio ao qual o aluno vive com o conteúdo didático. Entretanto, isso pode ser realizado por meio de formação contínua, que será tratado na íntegra nos capítulos a seguir. A partir dela, o profissional conseguirá obter melhores resultados, tendo em vista que o mercado de trabalho procura profissionais mais capacitados e com melhores disposições a se qualificar.

Trata-se, numa palavra, de construir o mundo que se quer, e não de reproduzir ou repetir o mundo que os antepassados construíram para eles ou herdaram de seus antepassados. O resultado dessa sala de aula é a construção e a descoberta do novo, é a criação de uma atitude de busca e de coragem que essa busca exige. Becker (2001, p.28)

Cunha (1989) em seu livro “O bom professor é sua prática” reflete a situação do despreparo do professor na aplicabilidade do seu trabalho pedagógico. Pode-se observar que isso acontece muitas vezes por não efetivar seu trabalho com os recursos adequados e a metodologia motivadora, ou seja, tem professores que não assumem seu papel efetivamente: por não se enquadrarem nas perspectivas que fazem parte do fazer pedagógico, por não terem tido uma formação de qualidade ou até mesmo por não se sentirem parte da área educacional.

1.2 A FORMAÇÃO DOCENTE E O ESTADO

A necessidade da formação docente é uma preocupação bastante antiga, embora tenha ganhado notória força a partir do século XX. De acordo com Saviani (2009, p.143) a formação de professores “já fora preconizada por Comenius, no século XVII, e o primeiro estabelecimento de ensino destinado à formação de professores teria sido instituído por São João Batista de La Salle em 1684, em Reims, com o nome de Seminário dos Mestres.” Deste modo, a França foi pioneira na questão da formação de professores e mais tarde imprimiria na história uma nova contribuição, uma vez que a partir da Revolução Francesa (século XIX) a formação de professores teria exigido uma resposta institucional dentro daquele país. Itália, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos também são exemplos de países que assim como a França passaram a pensar e discutir a formação de professores, produzindo estudos que mais tarde serviria de bases teóricas para outros países, inclusive o Brasil.

De acordo com o mesmo autor, em contexto brasileiro a problemática da formação de professores, embora tímida, emerge de forma explícita após a independência do Brasil (1822) e a partir disso o assunto passou a ser tratado de acordo com preceitos dos regimes dominantes de cada época que foram respectivamente Período Imperial (1822-1889), República Velha (1889-1930), Era Vargas (1930-1945), República Populista (1945-1964), Regime Militar (1964-1985) e por fim Brasil Atual. Como exposto mais adiante, nota-se que a formação de professores ganhou destaque especial a partir das décadas finais do século XX, quando transformações significativas começaram acontecer no modelo educacional brasileiro.

Entre as transformações inclui a formação contínua de professores, que a partir da última década do século XX passou a ser amplamente debatida e defendida como uma necessidade frente às mudanças intermitentes ocorridas com a chegada de novas tecnologias. A formação contínua geralmente é associada às necessidades de pesquisas e novas propostas para professores, de modo que o docente não vai mais simplesmente transmitir seus conhecimentos. De acordo com Pimenta e Libâneo (2006, p. 41):

A formação inicial, por melhor que seja não dá conta de colocar o professor à altura de responder, através de seu trabalho, às novas necessidades que lhes são exigidas para melhorar a qualidade social da escolarização [...] Pesquisas têm apontado para a importância do investimento no desenvolvimento profissional dos professores [...].

Conforme Pimenta e Libâneo (2006), pode-se observar a importância da formação do professor e também a sua suplementação, pois como é citada no texto acima, somente a formação inicial do professor não é o suficiente para atender as demandas, nem mesmo os cursos realizados nas melhores instituições.

A formação profissional deve possibilitar ao docente que se posicione em relação ao processo de ensino-aprendizagem do aluno, acompanhando a movimentação na escolarização desses indivíduos, o qual, não é um ato isolado na sua vida, porque o discente leva suas experiências em toda sua vivência. É o professor que vai adequar ferramentas de busca para que o aluno chegue ao conhecimento. Assim como o aluno traz seu conhecimento prévio de casa ou dos lugares que têm contato a todo momento ele está aprendendo e assimilando informações que são pertinentes a ele próprio.

Os interesses imediatos podem ser o início de um processo de aprendizagem, mas limitar-se ao cotidiano é alimentar a cínclise, a visão reducionista e limitada. A escola serve justamente para que o indivíduo, partindo da prática cotidiana, desta distancie-se, ganhando possibilidades de enxergar essa mesma realidade de um ângulo mais amplo. Isso significa apropriar-se do saber elaborado, olhar com os olhos dos homens e das mulheres que construíram uma visão científica de mundo (SANTOS, 2005, p. 58-59).

Para que isso aconteça é necessário que o professor se veja como um referencial na formação dos alunos como cidadãos, sem dispensar o uso de ferramentas e metodologias que possibilite a inserção dos seus interlocutores, evitando assim a desmotivação frente às intervenções pedagógicas.

O primeiro passo para a resolução dessa problemática seria que o professor se sentisse como mediador desse processo, porém sendo elencada a importância e a valorização dele nesse contexto. O profissional precisa perceber a sua própria valorização, para assim poder buscar sua evolução e assumir suas responsabilidades e seus direitos através do conhecimento. Reafirmando a sua participação na sociedade e indo em busca de uma formação que lhe dê bases

sólidas e firmes, de seus direitos, leis que o subsidiam, metodologias que facilitam seu trabalho, técnicas e outros.

Para Saviani (2009, 153), os dois grandes problemas enfrentados pelos profissionais da educação que merece destaque são: baixa qualidade na formação e a desvalorização profissional. Para este autor, tais problemas se correlacionam a ponto de serem indissociáveis:

[...] a questão da formação de professores não pode ser dissociada do problema das condições de trabalho que envolvem a carreira docente, em cujo âmbito devem ser equacionadas as questões do salário e da jornada de trabalho. Com efeito, as condições precárias de trabalho não apenas neutralizam a ação dos professores, mesmo que fossem bem formados. Tais condições dificultam também uma boa formação, pois operam como fator de desestímulo à procura pelos cursos de formação docente e à dedicação aos estudos.

A valorização do trabalho docente constitui-se como o primeiro passo para a dissolução deste dilema que se arrasta por décadas na educação brasileira. A responsabilidade é principalmente do Estado que deve investir em educação, mas cabe também a sociedade de modo geral apoiar e exigir de seus governantes que priorizem a educação em suas propostas.

Saviani (2009, p. 153) sugere ainda que a solução desses dois problemas se resume em apenas uma atitude que é o investimento. Nas palavras do autor:

Ora, tanto para garantir uma formação consistente como para assegurar condições adequadas de trabalho, faz-se necessário prover os recursos financeiros correspondentes. Aí está, portanto, o grande desafio a ser enfrentado. É preciso acabar com a duplicidade pela qual, ao mesmo tempo em que se proclamam aos quatro ventos as virtudes da educação exaltando sua importância decisiva num tipo de sociedade como esta em que vivemos, classificada como “sociedade do conhecimento”, as políticas predominantes se pautam pela busca da redução de custos, cortando investimentos. Faz-se necessário ajustar as decisões políticas ao discurso imperante.

Libanêo e Pimenta (2011), sugere também a reformulação dos cursos de formação de professores, dando ênfase no curso de pedagogia. Para estes autores uma repaginada nos conceitos que por hora estão ultrapassados, seria um grande começo, uma vez que promoveria uma mudança de dentro para fora, ou seja, de dentro das instituições, nos currículos e conseqüentemente nos profissionais. O momento aponta para necessidade de uma qualidade profissional para um tempo

novo, a formação contínua e a reconstrução dos conhecimentos já adquiridos são fatores essenciais.

1.3 A FORMAÇÃO DOCENTE E A SOCIEDADE

Comumente pode ser observado as dificuldades enfrentadas por instituições que oferecem o serviço de formação docente, e pelos próprios profissionais da educação, quando buscam expor, valorizar e efetivar as pesquisas e estudos sobre ensino e docência, que é extremamente importante. Muitas vezes a introdução à pesquisa nas instituições formadoras, quando compete a transição de áreas tradicionais, apresentam uma visão desprestigiada até mesmo dentro da comunidade acadêmica e por fim, da sociedade de maneira geral. Tais atitudes por parte da mídia e da sociedade aponta para a desvalorização de difícil reversão das áreas de licenciatura como um todo.

Culturalmente à docência é considerada menos importante que outras áreas, como: a medicina, engenharia, direito e outras. Estudantes que ingressam em área de licenciatura encontram muita negatividade a sua volta, até dos colegas de trabalho que muitas vezes já são formados e especializados na sua área. Deste modo, estudiosos e pesquisadores não encontram um espaço na mídia ou em outros lugares para explorar, fomentar ou divulgar seus trabalhos.

Libanêo e Pimenta (2011) diz que o professor é um crítico da sociedade, porque ele pode intervir através de seu trabalho e também como um membro de organizações profissionais que produz e reproduz conhecimento, tanto da sua especialidade como do contexto social. Para estes autores, o professor é caracterizado um profissional do humano, pois ele ajuda na ampliação do lado pessoal/intersubjetivo do aluno, ou seja, o professor é um facilitador no processo de ensino-aprendizagem e na construção do conhecimento, e consequentemente contribui para a compreensão do mundo.

Como visto acima, o professor é o profissional que tem a possibilidade de influenciar em toda sociedade, tamanha a abrangência de sua atuação. Um estudioso desta área, desde que atue de modo responsável e investigativo, só tem a contribuir na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, afinal ao mesmo

tempo em que trabalha ele pesquisa, ajudando a desenvolver a sociedade pelo estudo da mesma. É em contato com o indivíduo, que o professor produz seu conhecimento, através da experiência, com hipóteses que podem ser verificadas em seu próprio campo de trabalho, sem fugir de sua realidade.

Cunha (1989) esclarece que a família e o meio social ao qual o aluno está inserido podem influenciar na vida profissional de cada indivíduo. Embora saibamos que o trabalho do professor apresenta vertentes de grandes problemáticas (oriundas da diversidade encontrada no cotidiano escolar) ele ainda atem-se à uma extensa gama burocrática (relacionada ao sistema de ensino). Seu trabalho não transmite favorecimento quando se pensa na satisfação pessoal e profissional. A falta de condições de trabalho e a desvalorização profissional faz com que muitos não se empenhem em desenvolver uma boa prática pedagógica.

O professor dentro desta perspectiva precisa assumir o papel de mediador e facilitador na aprendizagem de seus alunos e assumir também a postura de um professor reflexivo para melhor conduzir sua forma de pensar, corrigir e avaliar os seus educandos, tendo o mesmo como centro do processo de ensino aprendizagem.

O professor que está sempre em busca de uma formação contínua, além de um melhor sucesso profissional, deve ter em vista que formará cidadãos mais sensatos, mais preparados para uma vida em prol do conhecimento.

Cunha (1989, p.126) afirma que “vale apostar em que, quando o professor compreende a importância social do seu trabalho, começa a dar uma dimensão transformadora a sua ação e acaba por perceber o político a sustentar o pedagógico.” Segundo a citação da autora entende-se de suma importância que o professor reconheça seu valor enquanto um profissional na formação de outros indivíduos, com todos os obstáculos existentes em sua tarefa. Sendo necessário acreditar no seu trabalho de modo a realizá-lo da melhor forma e para tanto requer que o mesmo esteja apto a se atualizar conforme a modernidade, em busca de mais conhecimento proporcionando melhores resultados.

Segundo Cunha (1989, p. 158) é válido ressaltar que “as relações devem ser entendidas pelo lado afetivo, ainda que não apareça como desejável para o aluno o professor ‘bonzinho’. O que eles querem é um professor intelectualmente capaz e afetivamente maduro.” Seguindo este raciocínio, reconhecemos que a escola

continua a exercer um papel fundamental no desenvolvimento da sociedade. Cabe à escola possibilitar a construção do conhecimento de forma significativa e interessante.

Diante de tamanho desafio é necessário que o professor esteja em constante atualização, se mantendo bem informado para melhor adequação de sua prática pedagógica com o contexto social. Uma boa formação docente possibilita a melhora gradativa do dia a dia do docente para a boa aprendizagem de seus alunos. O aperfeiçoamento permanente dos saberes é necessário à atividade profissional e deve ser significativo a ambas as partes: professor – aluno.

2 FORMAÇÃO CONTÍNUA

2.1 OS DESAFIOS QUE EMERGEM DA PROFISSÃO DOCENTE

Como visto no capítulo anterior, o trabalho do professor não é algo fácil, pois além das demandas inerentes a sala de aula que exige a realização de diagnósticos e aplicação de metodologia que vise contemplar as necessidades detectadas, ainda precisa estar atento as exigência da comunidade escolar e da sociedade de modo geral. Com isso, percebe-se a existência de vários *déficits* na qualidade do ensino configurando uma soma de vários aspectos negativos como: baixos salários, más condições de trabalho, falta de instrumentos e materiais adequados, problemas na formação inicial e formação continua (SILVA e SOUZA, 2013).

Como nas outras áreas da sociedade, naturalmente as escolas enfrentam as novas exigências do século XXI, pois a chegada abrupta da tecnologia no país, provocou uma revolução tecnológica e social, exigindo de seus componentes a qualificação profissional necessária para atender as demandas.

Diferentemente das outras áreas de trabalho, na profissão docente é comum constatar a desvalorização e o cansaço excessivos dos profissionais, que muitas vezes precisam desempenhar funções que não são suas no âmbito escolar. Isso acaba afastando a maioria das pessoas que pensam em seguir ou ingressar na carreira docente e com isso a educação vai perdendo nos seus mais variados aspectos (SILVA e SOUZA, 2013).

Pesquisas realizadas pelo professor José Marcelino de Rezende Pinto da Universidade de São Paulo (USP) demonstram que, com exceção da disciplina de física, a quantidade de formandos em licenciatura em todo país entre 1990 e 2010 seria suficiente para a demanda atual, mas por problemas de variados aspectos, esses profissionais acabam se afastam da docência, conforme o artigo da Revista Profissão Mestre publicada em outubro de 2014 (p.20.): “Além dos baixos salários e das más condições de trabalho, problemas na formação inicial, na fase de indução profissional e no permanente de formação contínua são responsáveis pelas deficiências do sistema de ensino.”

As buscas realizadas por este pesquisador relatam que a insatisfação não se refere apenas aos valores salariais, evidenciando também grande insatisfação

com as condições de trabalho, pois elas não se adequam aos princípios de valorização profissional na área que compete ao nível superior. E ainda, existem problemas no processo de formação desde sua fase inicial até a indução profissional que perpetuam mais adiante, isto é, na formação contínua. Isso comprova as falhas pertinentes na atuação do governo e das políticas públicas sobre a educação de qualidade, tanto de ensino, como estrutura e profissional (REVISTA PROFISSÃO MESTRE, 2014).

Percebe-se que estamos diante de um cenário em declínio, onde a sociedade exige do professor uma complexidade em torno dos problemas, o culpa pelos deslizes que muitas vezes estão ligados à condição de ser humano. Tudo acaba se explicando em volta do ensino, até mesmo em casos onde a sociedade como um todo deveria olhar pelos indivíduos.

Diante da complexidade aqui colocada em evidencia é notório que o professor precisa de uma boa formação, para que ao longo de sua profissão tenha um bom desempenho, e em conjunto essa função compreenda o aluno e suas necessidades: como aluno, como ser humano, cidadão e em outros aspectos que ele possa desenvolver ao longo da vida.

Quando acontece o trabalho em conjunto podem ser observados resultados benéficos à sociedade. A união formada por escola e comunidade em prol de um só objetivo, o bem da sociedade, facilitará a vida profissional do professor que poderá ser criado e criador de uma boa escola. Lembrando que a escola também poderá ser criada e criadora de uma sociedade igualitária, que é um de seus principais objetivo a ser atingido (BARBOSA, 2004).

Dificuldades sempre vão existir, mesmo em escolas consideradas padrão de excelência, ou exemplos a serem seguidos, mas é fundamental que essas dificuldades sejam enfrentadas e solucionadas, através do estudo, da investigação, do compartilhamento e principalmente do diálogo. E a postura do professor neste processo é fundamental. Agir com tranquilidade e investigar o acontecimento, aprender a cada situação, entender o que se passa com os seus alunos e escola, resgatar o espírito investigativo da formação inicial, fazer da sua profissão uma investigação em ação (BARBOSA, 2004).

2.2 A FORMAÇÃO INICIAL E A FORMAÇÃO CONTÍNUA

Segundo Bernadete Gatti, pesquisadora sênior da função Carlos Chagas (FCC), a formação inicial dos profissionais da educação do nosso país, na forma como vem sendo praticada na maioria das vezes é preocupante porque há inúmeras ocorrências prejudiciais nesse processo, pois os profissionais vão para sala de aula sem os quesitos básicos para exercer a profissão e sem ao menos saber dar aula. Em muitos casos os licenciados concluem o curso superior sem conhecerem o currículo da educação ou as necessidades existentes dos alunos. De acordo com a pesquisadora, as licenciaturas estão na UTI, mesmo muitos jovens optando pela carreira, eles não tem consciência e nem preparação suficiente e adequada, na universidade.

Bonato *et al* (2014, p.21) afirma que:

Quando esse aluno vai para o mercado de trabalho com essas deficiências, se gasta mais; há custo para formá-lo na graduação e, depois, para fazer a mesma formação continuada [...] A nossa formação continuada não é propriamente uma formação continuada – que deveria aprofundar conhecimentos – ela é suprimimento.

Pode-se através do parágrafo acima refletir sobre e evidenciar a tamanha deficiência na formação inicial do professor, afinal os objetivos que deveriam ser alcançados durante a graduação com intuito de que profissional estivesse pronto para o mercado de trabalho após a colação de grau, não estão sendo alcançados. Os profissionais graduados em licenciaturas acabam seus respectivos cursos com currículos que não atendem as necessidades atuais e decorrentes do dia a dia. Tal problema se agrava a ponto do Estado ter que repetir os mesmos conteúdos em formações posteriores, ou seja, em um momento em que a formação contínua deveriam complementar e acrescentar conhecimentos aos professores.

Muitos profissionais e estudiosos da educação não têm visto mudanças efetivas na área o que ocasiona preocupação, visto que não há uma mudança no currículo estrutural que venha beneficiar a real necessidade da área educacional a que se enfatiza em nosso país o ensino da licenciatura.

Os países avançados e emergentes, considerados em ascensão têm em suas universidades centros de formação de professores, onde são discutidos os

caminhos mais eficientes a trilhar e medidas que devem ser tomadas para a eficácia do trabalho docente. No entanto, no Brasil não há ainda esta ideia de formação básica, não há algo específico para essa área em questão, ocasionando mais problemas. Tal erro já deveria ter sido corrigido há tempos, pois é uma área do conhecimento muito importante para serem deixados de lado, se comparada as outras áreas do conhecimento.

Na educação brasileira, a discussão sobre formação contínua, as vezes não é exposta como deveria, afinal, o Brasil enfrenta uma situação difícil, onde o desafio é melhorar a qualidade de ensino do país. Não que as outras etapas da formação de professores seja menos importante, e sim, pelo fato da situação em que o país se encontra no momento, onde cerca de 45 milhões de alunos estão matriculados e 2 milhões de professores atuam. Uma solução mais rápida e menos dolorosa aos nossos cidadãos é o investimento em políticas para a valorização da formação contínua de professores, pois somente investir na graduação, seria o mesmo que ignorar essa quantidade de alunos que já estão na rede de ensino e que precisam urgentemente dessa melhoria na qualidade educacional. (GATTI, 2008)

Bonatto *et al* (2014 p.24) apresenta uma pesquisa em que foram ouvidas 2.732 pessoas, entre elas: professores, gestores e membros de Secretarias da Educação dos ensinos fundamental e médio. Entre as perguntas que compõem o questionário, os entrevistados deveriam responder “quais eram as práticas de formação contínua oferecidas na escola ou na rede em que trabalhavam.” Deste modo, mais de 70% dos profissionais que participaram do estudo responderam que “as práticas eram de caráter teórico, pontual e coletivo, como palestras.”

Percebe-se, com o exposto, que na verdade as práticas não estão sendo eficaz, em relação à formação contínua dos professores. Os recursos utilizados não conseguem motivar ou ajudar os professores no dia a dia, de modo que o que tem acontecido é o efeito contrário: desmotivam os profissionais, deixando-os com impressão de que ninguém olha por eles ou investem em suas carências.

Estudos desenvolvidos pelo Instituto Ayrton Senna e pelo *The Boston Consulting Group* feitos em países como, Finlândia, China, Austrália, Estados Unidos e outros, mostram que as melhores ações, são aquelas dotadas de criatividade, colocando a prática em discussões e com continuidade. Práticas personalizadas ao contexto onde elas acontecem, sem tirar o professor da sala e

sim em conjunto a ele e a outros profissionais da área ou não, analisam o que está acontecendo. A intenção é propiciar soluções práticas e possíveis ao contexto da sala de aula.

Bonatto *et al* (2014, p. 24) cita quatro linhas de ação que podem ser implantadas com diferentes estratégias:

- 1- Institucionalizar a importância da formação continuada (campanhas de conscientização, certificação voluntária de escolas e avaliação de órgãos externos);
- 2- Estabelecer de forma clara e transparente o ciclo de desempenho e desenvolvimento (plano de carreira ligado ao desempenho, instrumentos de avaliação, elaboração de processos e ferramentas para o desenvolvimento individual, sistema de incentivos);
- 3- Revisar o conteúdo e a abordagem das iniciativas atuais (reforçar abordagens mais práticas e colaborativas, conteúdos que fomentem sistematização de aulas, melhoria e disseminação do ensino a distância, ajustes de iniciativas);
- 4- Revisar a legislação (elaborar de currículo único de formação de professores, certificação de docentes em exercício, tempo mínimo dedicado a formação continuada, sistema de consequências para baixo aproveitamento).

Como visto acima é preciso muito mais que discursos para que os resultados sejam alcançados. Olhar para prática e agir sobre ela sem deixar para depois são atitudes importantes. O primeiro ponto citado por Bonatto (2004) já salienta a importância da formação contínua dos professores, ou seja, é o primeiro passo para que mudanças efetivas aconteçam.

Campanhas de conscientização também são medidas importantes para que esse descaso na educação seja revertido, pois o sentido do ensino encontra-se perdido e a sociedade muitas vezes não consegue perceber qual é o verdadeiro sentido e função da escola, direcionando a ela um papel de “cuidadora”. A escola precisa de apoio da sociedade, a avaliação de órgão externo é fundamental para que o ensino seja visto de vários ângulos e sem distorções. O ponto de vista de quem participa do ensino é importante, mas para enxergar o todo é necessário o conjunto de ações e pessoas, de modo a propiciar um olhar mais crítico. (GATTI, 2008)

A educação é uma constante área de atualização, deste modo o desenvolvimento de habilidades que possibilitem uma melhor adaptação às novas

culturas e aos novos padrões é de suma importância. Esse processo é contínuo e abrange todo seio escolar, tanto alunos que devem se adequar às normas e regras da instituição, quanto aos professores que devem associar os conteúdos ministrados com a prática social de seus discentes afinal “a inovação de uma escola não se pode fazer só com os professores, mas não se fará sem eles” (LINHARES e SILVA, 2003, p. 146).

No âmbito educacional há uma tendência de que todo profissional da educação precisa conhecer um pouco de tudo sobre a escola. Deste modo, geralmente as formações são pensadas e organizadas de forma que atendam às necessidades de todos os profissionais da instituição. Tal estratégia tem sido pensada para possibilitar uma maior interação entre os diferentes cargos e funções que compõem o espaço escolar. Todavia, não se deve esquecer o foco da formação que é a construção de novas técnicas, metodologias e recursos didáticos para as práticas pedagógicas, onde possa contribuir na ascensão do aluno em sua diversidade, concomitantemente na melhora das práticas exercidas no dia a dia do profissional docente (GATTI, 2008).

Acredita-se que este espaço de formação contínua cria a possibilidade dos profissionais da educação refletirem sobre suas respectivas funções, principalmente ao professor que é conduzido a refletir sobre a prática pedagógica, visando à construção de novos saberes, favorecendo suas ações ao longo do ano para a comunidade escolar. Entre os desacertos observados nas propostas de formação contínua evidencia-se que pouco se considera dos problemas concretos do cotidiano dos docentes e o seu conhecimento profissional. Na maioria das vezes o processo de formação contínua transpassa a sensação de impotência para resolver os problemas profissionais com os quais se defrontam na sua prática pedagógica.

É comum ouvirmos os depoimentos de vários professores lamentando-se sobre o fardo da prática pedagógica dentro e fora da sala de aula. A indisciplina, o desinteresse em aprender dos alunos, a má remuneração ganha pelo exercício de trabalho, todos esses fatores dificultam o trabalho dos professores, levando muitos deles a abandonarem sua área de formação ou em outros casos bem comuns, realizam seu trabalho de qualquer forma, sem pensar que tal atitude reflete no

fracasso de outros que estão em processo de formação (ALFERES; MAINARDES, 2011)

A partir desse fato, percebe-se que para essas exaustões do trabalho, buscar conhecimento é uma saída, uma vez que propicia executar seu trabalho com segurança e qualidade. Tais conhecimentos podem ser adquiridos através dos cursos oferecidos pelos próprios governos no caso de professores de escola pública, mas também formações acadêmicas que, além de um sucesso profissional, permite melhores realizações pessoais no caso de uma pós-graduação, mestrado, doutorado, entre outros.

Quando se fala de mais qualidade de ensino não há possibilidades de não haver investimentos e incentivo, tanto do lado pessoal quanto profissional e ainda sob o modo social que interfere em quem somos e quem seremos caso não nos condizemos ao meio. Por isso, entende-se que a formação contínua quando se refere às questão de país que busca investimento de outras instâncias financeiras para o melhoramento do ensino educacional, isso acarreta ajustes para a formação inicial: qualidade de ensino, condições melhores de trabalho, planos de cargo/salário.

No Brasil a Lei de Diretrizes e Bases da Educação N°9.394/96 apresenta como critérios para a formação do professor:

Art. 61 A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos do diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

- I - A associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;
- II - Aproveitamento da formação e experiências anteriores de ensino e outras atividades.

Neste caso, a lei 9.394/96, além de incentivar os docentes a investir em sua formação contínua, assegura aos mesmos a melhoria das condições de trabalho bem como as condições de vida desse profissional.

2.3 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTÍNUA PARA ADEQUAR O ENSINO ÀS DEMANDAS QUE EMERGEM DA SOCIEDADE

Linhares e Silva (2003, p.206) nos leva a refletir sobre o papel da escola no contexto atual, deste modo, “como explicar a falta do novo nas propostas escolares? Será que é possível omitirmos de nossa responsabilidade de intervenção, de criação, justificando-nos só com denúncias contra a globalização econômica e a política oficial?”.

As interrogações deste autor nos levam a indagar sobre o modelo de escola que temos, o programa que seguimos e os vários tipos de alunos que lidamos no cotidiano. A educação por se tratar de um ato político libertador deve se fazer mérito à responsabilidade depositada. Deste modo, o profissional deve ser qualificado para que exerça seu trabalho de forma atualizada e tranquila.

Vale ressaltar ainda as dificuldades encontradas por alguns profissionais no que tange ao investimento em sua formação por conta de todos os fatores já citados. No entanto, para que ele continue fazendo parte do sistema como um profissional de qualidade ele precisa ser consciente dos novos desafios referente às mudanças que estão ocorrendo nas escolas desde as séries iniciais. O docente precisa assumir significativamente seu papel como formador de cidadãos que farão parte da geração que será o futuro do nosso país (GATTI, 2008).

As instituições de ensino, em todos os níveis apontam que estão deixando os moldes e padrões de ensino conservador para adentrar em uma nova era, afinal, o quadro negro e giz que ainda são recursos bastante utilizados, já dividem espaço com novas tecnologias, numa tentativa de adequar o ensino com as demandas que emergem da sociedade que vive a era digital (PIMENTA, 2011).

O uso desses instrumentos não é uma coisa difícil, uma vez que for planejado com antecedência e se a dificuldade for em função do manuseio, o professor poderá buscar ajuda dos próprios colegas de trabalho, informações via *internet* ou até fazer uma capacitação. Para tanto existem inúmeros cursos e palestras capazes de sanar essas dificuldades.

O principal objetivo do ensino de fato é a aprendizagem do aluno e o uso da tecnologia possibilita que esse processo aconteça de forma válida e rápida, evitando

desperdício de tempo, lembrando ainda que o professor além de ensinar o conteúdo planejado ainda estará fazendo a inclusão, com segurança e responsabilidade, de muitos estudantes que por ventura estejam fora do mundo virtual.

Além do uso em sala de aula, vale lembrar ainda que a partir de instrumentos simples que atualmente boa parte da população tem acesso, como no caso do celular, o aluno pode se comunicar com colegas e professor a fim de tirar dúvidas, pesquisar conteúdos, compartilhar seus conhecimentos, dúvidas ou dificuldades.

Uma observação que se pode fazer diante deste cenário, é o fato desse processo estar acontecendo em duas mãos, ou seja, o professor oferece conteúdo digital e o aluno fornece respostas também digitalizadas. Um exemplo mais claro desse processo pode ser observado no ensino superior, onde essa troca é comum, pois são abertos espaços para que estudantes e professores tenham interação a toda hora, compartilhando conhecimento por meio de plataformas de ensino e sites direcionados. Conforme Falleti (2014, p. 340):

Além das plataformas de software, novos tipos de hardware vão ocupar espaço na sala de aula facilitando a compreensão de contextos complexos. No campus da cidade de São Carlos, por exemplo, impressoras 3D são usadas por alunos dos cursos de engenharia robótica para projetar e testar componentes [...]

Como visto acima, assim deveria ser o processo de ensino em seus vários níveis e modalidades, ou seja, sem atrasos ou falta de recursos. A socialização é essencial tanto nas séries iniciais quanto no ensino fundamental, médio e superior, pois caracterizam-se como espaços onde a troca de conhecimentos é basilar, exigindo do estudante uma rapidez maior no raciocínio e com o uso das tecnologias tudo ficaria mais fácil e o aluno sofreria menos atraso nas etapas que se sobrepõem culminando na aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases (1996) trouxe ao cenário educacional algumas mudanças significativas, assim como reforça a necessidade de formações contínuas dos professores para se adaptarem a esses novos desafios, entre eles a inclusão. O ingresso de crianças com deficiências nas escolas reforçou a responsabilidade do professor de ensinar e formar todos os alunos, com estratégias variadas que

objetivam o acesso deles ao currículo. Cabe ao docente focar nas possibilidades de cada um e não em suas dificuldades.

Tinôco (2007) destaca a importância da escola aberta para todos, que proporcione por meio da inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade, impactos positivos em toda a comunidade. Deste modo, necessita-se construir estratégias de ensino, bem como adaptar atividades e conteúdos, não só em relação aos alunos considerados especiais, mas para as práticas educativas como um todo, diminuindo assim, a segregação, a evasão e o fracasso escolar.

Diante de toda essa complexidade, o professor tem que passar pelo processo que muitos estudiosos denominam “aperfeiçoamento”, ou seja, os conhecimentos do profissional da educação são avaliados e colocados numa balança e é medida a utilidade de suas práticas e acima de tudo, a difusão de novos conhecimentos com os antigos, objetivando o bem maior que é a aprendizagem.

Vários cursos e programas oferecem essas profissionalizações tanto nas redes públicas ou privadas e em vários momentos da formação docente. Um exemplo são os cursos oferecidos pela rede pública aos professores do ensino infantil e ensino fundamental de primeira fase, com o objetivo de atingir a meta de alfabetização na idade certa.

Sobretudo a formação contínua é considerada como exigências para a educação básica da nova sociedade. A busca pelo conhecimento e a atualização dos mesmos não deve ser feita apenas com intenções de elevar planos de carreiras e salários, mas sim por uma luta efetiva que visa transformações que vem de acordo com as necessidades de cada aluno, ao mesmo tempo em que facilita o exercício da função do profissional de educação.

Percebe-se que hoje, a função do professor em sala de aula vai além de simplesmente “dar aulas” como se costuma dizer. O professor tem a principal tarefa de propiciar caminhos para que o aluno atinja o processo de ensino-aprendizagem, para isso o docente precisa estar muito bem preparado para lidar com diversos fatores que o remete a criar diferentes métodos para atingir seus objetivos. Percebemos que o docente hoje necessita se atualizar intelectual e cotidianamente de modo a aplicar em sua prática na sala de aula, ousando metodologias diferentes

que exigem preparação, domínio e conhecimento, garantindo melhores resultados no fazer pedagógico (TINÔCO, 2007).

É preciso discutir sobre os recentes problemas vivenciados na prática educacional pedagógica, observando desde a falta de recursos didáticos pedagógicos até desvalorização dos profissionais. Percebe-se, também que os professores em seu período de formação (na graduação) vê a teoria aprendida muito longe da prática a ser trabalhada, as faculdades ficam muito presas à teoria e muitas vezes deixam que seus alunos saiam para o mercado de trabalho com certo receio “do que fazer em sala de aula?”.

Segundo Saviani (2009), surgiram-se nas últimas décadas grandes avanços positivos em relação à formação de professor no nosso país e relata que essas mudanças não foram apenas legislativa, mas a inclusão na produção do conhecimento científico voltados a temas que contemplam a nova realidade educacional.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTÍNUA

3.1 A FORMAÇÃO CONTÍNUA NO BRASIL

A formação contínua de professores desde a sua gênese nos países europeus esteve ligada à ideia de atualização ou manutenção da educação permanente de modo a oferecer para os alunos conhecimentos científicos atualizados. Deste modo, nos períodos pós-Guerra Mundial a formação contínua de professores se tornou necessária por razões ideológicas, políticas e econômicas.

No Brasil, a formação contínua surgiu a partir da década de 1960, ocasião em que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) em conjunto com a direção dos cursos de aperfeiçoamento do Instituto de Educação do Rio de Janeiro realizaram uma pesquisa para tratar do aperfeiçoamento dos docentes. Tal pesquisa, pautada na preocupação de melhorar os cursos de formação docente, realizou questionamentos junto aos professores com o objetivo de verificar o que estes pensavam dos cursos. “Verificou-se que os docentes consideravam os cursos de aperfeiçoamento pouco satisfatórios, visto que não atendiam às necessidades da escola” (ALFERES e MAINARDES, 2011, p.20).

De acordo com os autores supracitados, a partir deste marco temporal, o Brasil passaria por mudanças políticas profundas atingindo diretamente o cenário educacional. Tais mudanças podem ser evidenciadas em três momentos políticos distintos que são: a ditadura militar, o movimento de democratização da sociedade e os movimentos de globalização da cultura e da economia.

Mendes e Romanowski (2006) lembram ainda que a formação contínua foi uma prática calcada na necessidade fundamental de formação dos professores frente as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e nas relações sociais. Tais mudanças dinamizaram a sociedade mundial e conseqüentemente a brasileira de forma bastante rápida, uma vez que após meados do século XX o país passou de agrário à industrial paulatinamente a outros acontecimentos como no caso do regime militar, impondo à educação novas demandas. Nas palavras das autoras:

A partir da segunda metade da década de cinquenta o Brasil passou a apresentar um considerável crescimento industrial, deixando de ser considerado como um país essencialmente agrícola com uma nova configuração de país em processo de industrialização. Neste momento o Brasil adapta-se a essa nova realidade que se estabelece, tomando como base a máxima deste tempo, imposta pelo regime militar, que é a segurança e desenvolvimento. Em consequência da industrialização que se expandia impondo a necessidade de mão-de-obra qualificada, o governo brasileiro tratou de elaborar uma nova política educacional para o país centrada no “treinamento” de alunos, e porque não do professor, com o propósito de profissionalizar (MENDES E ROMANOWSKI, 2006, p.2588/2589).

Deste modo surgiu a pedagogia tecnicista que impôs as escolas uma reorganização burocrática, onde se deveria seguir e cumprir “manuais” que visavam atender as demandas de produção e controle fabril, submetendo os professores a mera condição de realizadores de tarefas. Para a efetivação das mudanças ocorridas no Brasil exigia-se uma especialização por parte dos professores, de modo a tornarem-se o principal instrumento para que o objetivo de tal modelo educacional fosse alcançado: os professores tornaram-se o elo de ligação entre a verdade científica e o aluno, ou seja, o que importava era o aprender a fazer (LIBANEO, 1986).

De acordo com Alferes e Mainardes (2011), no contexto da escola tecnicista, principalmente na década de 1970, foi registrado um número significativo de fechamento de instituições com ideologia democrática, pois o momento exigia a valorização de princípios de racionalidade técnica. Deste modo, a formação contínua no Brasil passou a ser necessidade para os profissionais, registrando assim uma significativa expansão acarretada pela modernização social para atender às demandas do governo militar, que tinha como objetivo principal, a necessidade de formar trabalhadores para atender as demandas emergentes nos diversos segmentos econômicos.

Com o clarear da década de 1980 os movimentos sociais em busca da reconquista dos direitos políticos ganharam força, marcando o início de um novo período nos diversos segmentos da sociedade, principalmente na educação. Os professores que durante as décadas de 1960 e 1970 foram submetidos à condição de “realizadores de tarefas” garantiram o direito de participar de forma mais efetiva do processo educacional. Nas palavras Alferes e Mainardes (2011, p.02) o momento propiciou “a abertura política, os movimentos em prol da educação, da pesquisa, do avanço científico e tecnológico.”

Apesar dos avanços da década de 1980, somente na próxima é que a formação contínua oferecida pelo Estado aos professores de escolas públicas passou por mudanças significativas. Deste modo, as propostas implementadas pelos governos durante a década de 1980 eram descontínuas e não atendiam às necessidades da escola e nem dos professores.

Importantes acontecimentos se deram nos anos 1990, marcando o início de um novo tempo na educação, nas palavras de Mendes e Romanowski (2006):

No Brasil em 1993, iniciou-se uma ampla mobilização nacional em torno da elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos, que envolveu vários setores da sociedade civil e culminou com o Pacto de Valorização do Magistério e Qualidade da Educação. Esse Pacto teve como objetivo estabelecer e implementar uma política abrangente para a profissionalização do magistério com vistas a elevação da qualidade da educação básica. Marcaram também esta década, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9394/96, a definição das Diretrizes para a educação básica e os Parâmetros e Referenciais Curriculares Nacionais em 1998. (p.2591)

Vale lembrar que ainda nesta década houve também a reformulação de várias disciplinas, a criação de leis e projetos a nível estadual e municipal que dinamizaram o ensino de tal forma que, muitos profissionais tiveram dificuldade de se situar diante do novo cenário. Isso fez com que fosse necessário a criação de programas de formação de professores de modo a instrumentá-los, prepará-los para enfrentar as demandas e colocarem em curso as novas propostas educacionais.

Neste sentido, observa-se que a quantidade de projetos de formação contínua existentes nos âmbitos federal, estadual e municipal evidencia a velocidade com que a sociedade vem se transformando. Gatti (2008. p.57) assinala um leque de opções de atividades que visam contribuir para o desempenho do profissional no contexto educacional:

[...] horas de trabalho coletivo na escola, reuniões pedagógicas, trocas cotidianas com os pares, participação na gestão escolar, congressos, seminários, cursos de diversas naturezas e formatos, oferecidos pelas Secretarias de Educação ou outras instituições para pessoal em exercício nos sistemas de ensino, relações profissionais virtuais, processos diversos a distância (vídeo ou teleconferências, cursos via internet etc.), grupos de sensibilização profissional, enfim, tudo que possa oferecer ocasião de informação, reflexão, discussão e trocas que favoreçam o aprimoramento profissional, em qualquer de seus ângulos, em qualquer situação. Temos uma vastidão de possibilidades dentro do rótulo de educação continuada.

Observa-se na fala do autor, que se torna difícil quantificar as opções existentes no arcabouço da educação na atualidade, no que se refere à formação contínua. É importante lembrar também que boa parte dos profissionais buscam neste tipo de serviço a compensação no intuito de suprir aspectos de má-formação anterior. Tal prática altera o propósito inicial e fundamental dessa modalidade de ensino, uma vez que foi planejada com a finalidade de aprimoramento, renovações e inovações em função dos rearranjos sociais.

A formação contínua passou a fazer parte do cotidiano da educação e dos profissionais envolvidos no processo educacional de todo o Brasil. Vale lembrar ainda que a formação contínua tem sofrido mudanças no tempo e essas são impulsionadas pelas transformações ocorridas no contexto econômico, político e social do país. Na medida em que as concepções de mundo, de homem, de educação, de escola e de ensino presentes nos currículos mudam, a formação contínua também deve mudar.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTÍNUA NO ESTADO DE MATO GROSSO

Diante do exposto sobre a formação de professores a formação contínua deve partir como um dos elementos organizadores do Projeto Político Pedagógico da escola, sendo ela amparada por uma lei federal que prevê essa formação para os profissionais da educação, pautada também nos seguintes documentos: LDB - Lei Diretrizes de Base da educação Nacional (Lei 9394/96) assim como no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001), bem nas Orientações Gerais da Rede Nacional de Formação Continuada contemplada pela portaria do MEC 1403/2003 estes dispositivos rege todas as diretrizes em torno a formação contínua.

Visto que a formação desses profissionais deve estar em um exercício constante, a qual é disponibilizada uma jornada de trabalho que atenda o reforço da Lei 1738/08 permitindo ao profissional que seja designado um terço de sua carga horária total para atividades que tenham como finalidade, qualificar sua docência. Nesses momentos o profissional destina-se a realização de estudos tanto individuais como coletivos, tanto nos órgãos centrais ou nas secretarias estaduais ou municipais, visto que devem ocorrer durante a hora de serviço desse profissional,

tendo com o objetivo a reflexão sobre a prática, aperfeiçoamento ou até mesmo uma atualização.

O que corrobora com Cruz Stefanini (2007) quando afirma que a metodologia adotada durante esses encontros deve favorecer o desenvolvimento por meio do compartilhamento de experiências e da análise crítica e reflexão, na ação, quando cada professor é capaz de refletir sua própria prática e sobre a ação, quando os professores individualmente e/ou em grupo refletem sobre suas práticas.

O CEFAPRO/MT (Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica) salienta sua idealização de formação contínua por meio da Portaria 02/98 SEDUC/MT (Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso), que apresenta sua estrutura administrativa e pedagógica.

|

§ 1º A Formação Continuada de Professores caracteriza-se pela atividade realizada em serviço, apoiando-se em reflexões, estudos, projetos e pesquisas que irão contribuir para um constante repensar, propiciando a reconstrução da prática docente (MATO GROSSO, 1998).

A partir do aparato da lei mencionada no tocante a valorização docente que propiciou a criação dos CEFAPRO/MT, esse órgão tem como objetivo “auxiliar os professores da rede pública de ensino a refletirem sobre a repercussão social de sua prática” (MATO GROSSO, 1998, p. 3). Desse modo, o CEFAPRO desenvolve atividades coletivas visando sempre evidenciar os Projetos Políticos das escolas através do “envolvimento em estudos contínuos e sistemáticos, seja através de programas especialmente organizados pelas instituições de Ensino Superior e/ou Secretarias de Educação, ou aquelas definidas no próprio contexto da unidade escolar” (MATO GROSSO, 2010, p.17).

Um dos marcos dos CEFAPROs ocorreu no ano de 2005, em conformidade da Lei 8.405/2005 onde passou a ser uma unidade administrativa da SEDUC, A sua gestão é composta por 3 grupos, sendo: 1) Equipe de gestão - diretor, coordenador e secretário; 2) Equipe administrativa - técnicos educacionais e servidores do cargo de apoio administrativo educacional; 3) Equipe pedagógica: professores efetivos e selecionados em processo específico nas seguintes áreas: Linguagens, Ciências Humanas e Sociais, Ciências da natureza e Matemática, Alfabetização e modalidades específicas da educação básica.

Destaca-se no Parecer orientativo as seguintes funções a esse órgão: diagnosticar necessidade, apoiar e propor ações formativas junto às escolas da rede pública de ensino, elaborar, acompanhar e avaliar o projeto de formação contínua nas escolas, visando o aprimoramento e aperfeiçoamento dos profissionais da educação. Nesse sentido, visa-se valorizar a troca de experiência, dando ênfase na realidade escolar que aquela unidade está inserida, apontando projetos que venham atender as necessidades local, e a qualidade no ensino aprendizagem, onde essas propostas devem ter o envolvimento e a participação de todos, sempre com intuito de propagar as políticas nacionais e estaduais a todo território mato-grossense (MATO GROSSO, 2010, p. 22).

Legitima-se ainda a importância do CEFAPRO através da Portaria 048/99-SEDUC/GS/MT que regimenta uma parceria em colaboração entre a União, Estado e municípios.

Art. 1º Os 12 Centros de Formação e Atualização do Professor (Cefapro), são referências das Políticas de Formação Inicial e Continuada dos Profissionais da Educação do Estado de Mato Grosso. Art. 2º Os Centros de Formação e Atualização do Professor (Cefapro) se constituem em Escolas do Sistema Público do Ensino de Mato Grosso, com a finalidade de desenvolver programas e projetos de Formação Inicial e Continuada, coordenar e sediar programas de planificação, qualificação e requalificação dos Profissionais da Educação em nível de Ensino Médio e 3º grau, conveniados entre Seduc, MEC, Municípios e IES (MATO GROSSO, 1999).

No que se refere à estrutura física desses centros, a princípio foram implantados dentro das escolas, contando com o apoio das prefeituras envolvidas nesse processo. Ao decorrer do tempo alguns foram conquistando sua própria sede e atualmente em Mato grosso a maior parte dos polos de CEFAPRO/MT atuam em sedes próprias enquanto algumas unidades ainda estão em processo de construção. Sendo que essa unidade deve contar com todo um aparato técnico pedagógico e estrutural para atender esses profissionais.

4 METODOLOGIA

Este trabalho tem cunho qualitativo pelo fato de valorizar o que já se produziu especificamente a respeito da formação contínua, seja em produções de livros ou artigos acadêmicos, realizando uma análise não pelo fato de quantidade de informações obtidas, mas a respeito de natureza básica do assunto encontrado. Assim, a pesquisa qualitativa propõe o auxílio de compreensão e análise do objeto estudado (FIGUEIREDO, 2010).

Quanto ao caráter, esta pesquisa optou pelo bibliográfico, tendo como base a consulta em livros e artigos acadêmicos, com o intuito de propor análises para o objeto eleito (CERVO, 2002; LIMA, 2008). A pesquisa bibliográfica abrange a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, documentos mimeografados ou fotocopiados, mapas, imagens, manuscritos, etc.

Deste modo, a partir da seleção de livros e artigos que abordam o tema “formação contínua” foram realizadas leitura e fichamento das informações pertinentes e que posteriormente foram trazidas para fundamentar esta pesquisa. No que refere-se a unidade de CEFAPRO municipal, vale lembrar ainda que foi realizada uma visita para conhecimento do funcionamento e documentações.

Na dinâmica deste estudo optou-se ainda pelo ensaio teórico que difere do método tradicional da ciência que prioriza a forma ao invés do conteúdo. O ensaio teórico quebra a lógica esquemática e sistemática da ciência tradicional, sobretudo de natureza positivista e várias são as áreas que o utilizam: da física à literatura, passando pela filosofia, ciências sociais, química, biologia e outras. Os ensaios devem ser lidos por sujeitos com espíritos livres de preconceitos estabelecidos pelo formalismo da ciência, ou seja, no ensaio a orientação é dada não pela busca das respostas e afirmações definitivas, verdadeiras, mas sim pelas perguntas que orientam os sujeitos a refletirem de forma mais profunda (MENEGETTI, 2011).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao colocar o tema “formação contínua” em diálogo com os diversos autores selecionados para este estudo, evidenciou-se que essa prática é de fundamental importância para docentes, independente da área de atuação. O processo de globalização, por si somente, já seria motivo suficiente para justificar a importância da atualização de conhecimentos para qualquer profissional, uma vez que mudanças intermitentes ocorrem, exigindo do indivíduo novos domínios ou aprimoramento dos anteriormente adquiridos.

A intenção não é colocar toda a carga de responsabilidade de transformação social sobre o docente, pois sabe-se que isso é função da sociedade de modo geral, no entanto sabemos que a escola é um dos principais ambientes para que, transformações positivas aconteçam. Independentemente do nível ou da modalidade educacional de atuação do profissional docente, mudanças significativas podem acontecer, desde que este esteja preparado para estar à frente do processo educacional. Tal preparação já inicia na graduação, porém ela não deve parar por ali.

Como visto no decorrer deste estudo, inúmeras são as lacunas deixadas pela formação inicial, sobretudo nos cursos de licenciatura, cujos objetivos não alcançados durante a graduação se agravam a ponto do Estado ter que repetir os mesmos conteúdos em formações posteriores, ou seja, em um momento em que a formação contínua deveriam complementar e acrescentar conhecimentos aos docentes. Tal prática não parece viável, uma vez que o Estado acaba investindo duas ou mais vezes no profissional que já deveria estar atualizando ou adquirindo novos conhecimentos.

Deste modo, evidenciou-se neste estudo que as finalidades da formação contínua no Brasil, desde a sua gênese, também não vinham sendo atingidas, exigindo a criação de políticas públicas mais eficazes para o enfrentamento destes problemas. Sendo assim, na primeira década do século XXI foram criados os Centros de Formação de Professores (CEFAPROs) entre outros mecanismos para dar conta de atender as demandas que emergem da relação docente-discente-contexto educacional.

Existentes em todas as unidades federativas do Brasil, os CEFAPROS oferecem serviço de formação contínua nas áreas de Linguagens, Ciências Humanas e Sociais, Ciências da natureza e Matemática, Alfabetização e modalidades específicas da educação básica para professores da rede pública de ensino. O estado do Mato Grosso conta com quinze unidades organizadas por região, sendo que sete delas ainda não contavam com estrutura própria no decorrer da realização deste estudo. Apesar de ser uma política implantada em 2005 (há mais de uma década), até a atualidade ainda não conseguiu dar conta nem da parte estrutural, o que comprova a falta de investimento e interesse dos representantes do Estado quando o assunto é educação.

Logo, mesmo sabendo que o tema desta pesquisa seja inesgotável procuramos concluí-la por hora, lembrando da fala do professor Demerval Saviani, um dos teóricos abordados neste estudo que afirma que a base para a solução dos problemas da educação no Brasil é o investimento, ou seja, quando a educação brasileira se tornar uma prioridade para os representantes do Estado teremos uma educação de qualidade.

REFERENCIAS

ALFERES, Marcia Aparecida; MAINARDES, Jefferson. **A formação continuada de professores no Brasil**. Seminário do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá. Maringá/PR, 2011.

ANDRADE, Darlane Silva Vieira. SANTOS, Helena Miranda dos. **Gênero na Psicologia: articulações e discussões**. 196 p. Salvador: CRP – 03. 2013.

BARBOSA, Marcia Silvana Silveira. **O papel da escola: obstáculos e desafios para uma educação transformadora**. Dissertação de mestrado. PPGEdu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2004.

BECKER, F. **Educação e Construção do Conhecimento**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

BONATTO, Amanda Somensi; Golbert, Clarissa Seligman; Silva, Juliano Figueira da. **Capacitação dos professores da rede estadual de educação na área de abrangência da UBS HCPA/Santa Cecília**. Salão de Extensão - 15. : 2014 out. 20-24 : UFRGS, Porto Alegre, RS Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/138631>> Acesso em: 16 maio 2017.

BRASIL. (1997). Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ciências Naturais. Brasília: MEC/SEF.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. 2º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – **Redações e trabalhos científicos monográficos vencedores**. 104p. Brasília, 2007.

BRITO, J.; OLIVEIRA, O. **Divisão sexual do trabalho e desigualdade nos espaços de trabalho**. In: SILVA FILHO, F. e JARDIM S. (orgs.) *A Danação do Trabalho, Te Corá*. Rio de Janeiro. 1997.

BRZEZINSKI, Ria. **Notas sobre o currículo na formação de professores: teoria e prática**. UNB, 1994.

CARLOS, José; PIMENTA, Selma Garrido - **Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança** – 2011.

CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica. 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

CORDEIRO, Alexander Magno. OLIVEIRA, Glória Maria de. RENTERÍA, Juan Miguel de. Revisão sistemática: Uma revisão narrativa. **Rev. Col. Bras. Cir.** 2007; 34 (6). Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rcbc/v34n6/11.pdf> > Acesso em: 30 abr. 2016.

CRUZ, Sônia Aparecida Belletti; STEFANINI, Maria Cristina Bergonzoni. **A formação docente como fator de reversão do insucesso escolar dos alunos do ensino fundamental.** IX Congresso Estadual Paulista Sobre Formação de Educadores - UNESP - Universidade Estadual Paulista, 2007

CUNHA, Maria Isabel da. **O bom professor e sua prática. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico.** São Paulo: Papirus, 1989.

FALLETI, Felipe. Instituições de ensino adotam produtos tecnológicos para reter a atenção dos alunos, acelerar o processo de aprendizado, melhorar a nota dos estudantes e prepará-los para continuar aprendendo para além do conhecimento da sala de aula. **Rev. Educação.** Editora Segmento, Edição 211, Ano 2014.

FIGUEIREDO. Nambia M.Almeida. **Metodo e Metodologia na Pesquisa Científica.**3ed. 2010.

GATTI, Bernardete A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 37 jan./abr. 2008

LIBANÊO, C. J. & PIMENTA, S. G. **Formação dos profissionais da Educação: visão crítica e perspectivas de mudança.** In: PIMENTA, S. G. (org.) Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNIO, José Carlos. **Democratização da escola pública.** A pedagogia crítico-social dos conteúdos, São Paulo, Loyola, 1986.

MENDES, Kátia Valéria Mosconi; ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação continuada de professores:** os modelos com base na Racionalidade técnica. Congresso Nacional de Educação PUCPR - IV EDUCERE. Curitiba/PR, 2006.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. **O que é um Ensaio-Teórico?** Rev. RAC, Curitiba, v. 15, n. 2, pp. 320-332, Mar./Abr. 2011 Revista Profissão Mestre. O que se espera de um professor? Edição 181, Mês 10, Ano 2014.

SANTOS, C. S. dos. (2005). **Ensino de Ciências**: abordagem histórico-crítica. Campinas, SP: Armazém do Ipê.

SILVA , Andréia Ferreira da ; Souza, Antônio Lisboa Leitão de. **Condições do trabalho escolar: desafios para os sistemas municipais de ensino**. Cad. Pesqui. vol.43 no.150 São Paulo Sept./Dec. 2013

SOARES, Alex. **Dificuldades de aprendizagem, questão psicopedagógica?**. Publicado no Recanto das Letras em 19/05/2006. Disponível em <<http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/159043>>. Acesso em: 26 abril. 2016.

TINOCO, Alcione Nascimento. **Proposta Pedagógica do Programa Escola Aberta**. In: Brasil. Programa Aberta. Ministério da Educação e Cultura, 2007.